



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638625 - SP (2021/0001427-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : VANESSA BOIATI - SP207765
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANA PAULA DE LIMA FIGUEIREDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ANA PAULA DE LIMA FIGUEIREDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 2227912-56.2020.8.26.0000).

A paciente foi condenada às penas de 5 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 13 dias-multa, por infração ao art. 157, §2º, II e V do Código Penal.

A impetrante requer a concessão de liminar para que seja concedida a prisão domiciliar à paciente, visto que alega possuir asma e, dessa forma, está inserida no grupo de risco para a covid-19.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade, visto que não demonstrou nos autos que a paciente não recebe o devido tratamento no âmbito prisional ou a necessidade de cuidados fora daquele estabelecimento. De igual forma, não comprovou que está exposta a mais risco de contaminação no cárcere do que no ambiente social. Na decisão atacada, o relator na origem expôs o seguinte (fl. 25):

Ocorre que o grupo de risco para infecção pelo novo coronavírus compreende pessoas idosas, gestantes e com doenças crônicas, imunodepressoras, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio e, em tais situações, é que se observa a Recomendação n. 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, que visa garantir a proteção a esse especial grupo. Entretanto, a pretendida prisão domiciliar deve ser analisada na particularidade de cada caso, para poder aferir a imprescindibilidade da medida. No presente caso, apesar de ter a paciente alegado ser portadora de asma, não ficou demonstrado nos autos que ela não esteja recebendo o tratamento adequado ou, ainda, a necessidade de cuidado fora da unidade prisional

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente